


# Uma trajetória familiar nos sertões: os sobreviventes de 1824

GUSTAVO XAVIER DAMASCENO<sup>1</sup>

## RESUMO

 artigo explora o impacto das famílias tradicionais do Ceará na resistência ao centralismo imperial durante o século XIX, focando na Confederação do Equador em 1824. No contexto de desigualdades sociais, políticas e econômicas entre o Sudeste e o então Norte, as elites cearenses, insatisfeitas com a política de D. Pedro I, uniram-se em torno de ideais republicanos. A genealogia das famílias revela que casamentos estratégicos eram usados para consolidar alianças políticas e econômicas, perpetuando o republicanismo mesmo após a repressão do movimento. Além disso, o papel das mulheres, apesar de não participarem formalmente da política, foi crucial na manutenção dos valores liberais. O clero também desempenhou um papel significativo, com padres influentes que usaram seu poder para mobilizar a população em prol da causa republicana. O estudo destaca, por fim, como as redes familiares foram fundamentais para articular e sustentar movimentos políticos no sertão cearense, mesmo diante de desafios e conflitos internos.

## 1. INTRODUÇÃO

No amplo contexto de formação do Estado brasileiro, o início do século XIX foi marcado por instabilidade política e econômica, especialmente nas províncias da então região Norte (compreendendo hoje as regiões administrativas do Norte e Nordeste). O modelo centralizador do Império favorecia as regiões do Centro-Sul, especialmente a economia cafeeira emergente, enquanto algumas províncias enfrentavam dificuldades econômicas, como

---

<sup>1</sup> Graduado em História (UFC) e Mestre em Relações Internacionais (PUC-RJ).

a crise no comércio do algodão e na agricultura de subsistência. Essas desigualdades geraram tensões e fomentaram insurreições regionais.

A Revolução Pernambucana de 1817 foi um dos primeiros movimentos a contestar o domínio do poder central. Embora rapidamente reprimida, ela serviu como um precursor importante para a Confederação do Equador, que explodiria em 1824. A dissolução da Assembleia Constituinte em 1823 por D. Pedro I e a imposição de uma constituição sem uma ampla participação das províncias intensificaram o sentimento de exclusão das províncias do Norte. O desejo por um modelo mais participativo e republicano foi um dos principais fatores que levaram a elite cearense a se unir ao levante. Como afirmou Frei Caneca, um dos grandes líderes da época: “*Nós não combatemos reis, combatemos tiranos*”. Essa frase ecoava o sentimento que tomava conta das elites cearenses, já fartas das decisões impostas pelo poder central, que negligenciava as demandas do Norte brasileiro. Este artigo pretende trazer luz às histórias de homens e mulheres que participaram nas lutas cotidianas em prol do ideal de que falava Frei Caneca.

## **2. DESAFIOS À CENTRALIZAÇÃO MONÁRQUICA: DESPOTISMO E INSATISFAÇÃO NO IMPÉRIO**

Em termos historiográficos, cabe salientar inicialmente a existência de um amplo espectro relacionado ao tema. *A Confederação do Equador no Ceará para jovens* de Pedro Jaime de Alencar Araripe possui justa importância local e particular para a história do Ceará. Escrito por volta de 1831/1832, esse filho primogênito de Tristão Gonçalves com uma escrava encarna o ideal republicano e de liberdade de uma época (ARARIPE, 2014). Em termos regionais, por ocasião de edição comemorativa ao centenário, temos em *A Confederação do Equador (1824-1924)* de Ulysses Brandão (1924), rica publicação feita pelo Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambucano. Com merecido destaque ao pioneirismo documental, Brandão, em sua obra, adota uma visão mais tradicional e celebratória, apresentando o movimento como uma luta heroica e patriótica das elites nordestinas contra o despotismo de D. Pedro I. Ele foca na resistência regional como um símbolo da defesa da liberdade e dos ideais republicanos, glorificando os líderes envolvidos.

Por outro lado, mais recentemente, Evaldo Cabral de Mello (2004), em *A Outra Independência: O Federalismo Pernambucano de 1817 a 1824*, oferece uma análise mais crítica e detalhada dos acontecimentos. Cabral de Mello contextualiza a Confederação do Equador dentro de uma longa tradição de resistência ao centralismo, analisando as motivações políticas, econômicas e sociais das elites regionais. Ele evita romantizações, argumentando que o federalismo defendido pelas elites era, em grande parte, uma estratégia para proteger seus interesses econômicos e garantir maior autonomia local. Cabral de Mello também explora as influências externas e regionais que moldaram o movimento, como a Revolução Francesa e a Revolução Americana, além de destacar as ambiguidades e contradições internas entre os próprios líderes separatistas.

Essas duas abordagens oferecem perspectivas distintas sobre o movimento: uma focada em heróis e eventos, outra centrada em uma análise estrutural mais ampla. A diferença entre elas reflete mudanças nas tendências historiográficas, com Cabral de Mello trazendo uma visão revisionista mais crítica, conectada a fatores econômicos e sociais que desafiam a narrativa heroica tradicional de Brandão.

Na bibliografia reinante sobre este período, de um modo geral, identificamos três fatores principais que contribuíram para fomentar o descontentamento na província do Ceará e em outras regiões do Nordeste. São eles:

- **Despotismo de D. Pedro I:** A dissolução da Assembleia Constituinte foi vista como um golpe contra a soberania popular, reforçando a imagem de D. Pedro I como um governante autoritário.
- **Desequilíbrio Econômico:** A política econômica favorecia as províncias do Sudeste, agravando as dificuldades econômicas do Norte e Nordeste. As elites cearenses, especialmente proprietários rurais e comerciantes, sentiam o impacto direto das políticas fiscais impostas pelo governo central.
- **Ideais Liberais e Republicanos:** Inspirados pelos movimentos de independência das Américas e pela Revolução Francesa, as elites locais passaram a defender um governo federalista, que garantisse maior autonomia às províncias e rompesse com o modelo monárquico centralizador.

Nesse contexto, para o nosso artigo, importa-nos identificar os condicionantes que criaram um cenário de polarização entre liberais e conservadores, em uma divisão que transcendeu as esferas políticas entendidas tradicionalmente como “centro de poder” para influenciar e ser influenciada profundamente pelas estruturas sociais e familiares. É assim que na esteira do que argumenta o autor Ilmar Rohloff de Mattos (1994) ao analisar o confronto entre “saquaremas” (conservadores) e “luzias” (liberais) no Rio de Janeiro, analisamos, como no Norte oitocentista, essas disputas moldaram a política local durante todo o século XIX, mesmo após o fracasso da Confederação do Equador. Esse artigo, portanto, tem como objetivo articular as alianças matrimoniais, consanguíneas e políticas que foram fundamentais na resistência ao centralismo imperial e na promoção dos ideais republicanos.

### **3. AS FAMÍLIAS TRADICIONAIS E A CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR**

#### **3.1 Casamentos e Alianças Políticas**

No século XIX, as famílias tradicionais cearenses usavam casamentos como uma ferramenta estratégica para fortalecer alianças políticas e garantir a coesão econômica no sertão. Um exemplo disso foi a união entre José Monteiro de Magalhães Pinto e Francisca Jacinta Bezerra, que uniu duas famílias influentes e aumentou seu poder político. Esses matrimônios<sup>2</sup> eram fundamentais para a perpetuação das ideias liberais e federalistas, essenciais na resistência ao centralismo do Império. Essas alianças ajudaram a criar blocos de poder capazes de manter o republicanismo vivo, mesmo após a derrota da Confederação do Equador.

---

2 Este estudo segue a linha de autores que contribuíram significativamente para a bibliografia sobre os Bezerra de Menezes, como Murilo Bezerra de Sá (1946), Walder Bezerra de Sá (1984) e Eduardo de Castro Bezerra Neto (1982), que ajudaram a perpetuar a memória das famílias cearenses. Mais recentemente, Cândido Pinheiro Koren de Lima (2018) realizou uma revisão historiográfica e sociológica sobre a ascendência dos Bezerras, com foco em linhagens, cor, raça e religião. Aluísio Furtado Bezerra (2014) publicou de forma particular e independente o estudo mais completo sobre os descendentes de Joana Bezerra de Menezes, organizando pesquisas anteriores e expandindo o conhecimento sobre a família.

A genealogia, frequentemente considerada uma disciplina auxiliar da História, oferece uma oportunidade única para revelar dinâmicas sociais e políticas que vão além das simples relações de parentesco. Sheila de Castro Faria (1997), em seu estudo sobre a “História da família e demografia histórica”, argumenta que a investigação das estruturas familiares permite aos historiadores compreender as formas como a sociedade se organiza e se transforma ao longo do tempo, especialmente nas suas interações com o poder político e econômico. Segundo a autora, a família não deve ser vista apenas como uma entidade biológica ou de coabitação, mas como uma unidade de produção e de poder, ligada à herança, à transmissão de valores e à manutenção de hierarquias sociais.

Nesse sentido, a genealogia, ao traçar essas conexões familiares, torna-se uma ferramenta essencial para desvendar como elites familiares consolidaram suas influências e como essas redes de parentesco sustentaram movimentos políticos. Sheila de Castro Faria ressalta que, assim como a demografia histórica um dia ajudou a romper com abordagens meramente ensaísticas do estudo da família, a genealogia pode, hoje, servir como uma chave para compreender como famílias influentes utilizaram alianças matrimoniais e relações consanguíneas para garantir sua posição no cenário político e social. No contexto do Ceará no século XIX, o estudo genealógico das famílias Magalhães Pinto e Lima permite revelar, por exemplo, como suas conexões foram fundamentais na articulação da resistência ao centralismo imperial, ajudando a manter vivo o republicanismo mesmo após a repressão à Confederação do Equador.

### 3.2 O Papel das Mulheres na Resistência

Embora as mulheres não participassem formalmente da política, seu papel foi crucial na resistência ao autoritarismo. Elas influenciavam as decisões familiares e políticas, além de gerirem as propriedades e educarem as futuras gerações com os valores republicanos. Francisca Jacinta Bezerra é um exemplo de combate feminino, dadas as evidências de sua postura pública ao lado do marido e de outros líderes republicanos. O “Manifesto das Liberais Cunhãs de 1824” (ver ANEXO I), encabeçado por ela e assinado por mulheres da elite cearense, simboliza um dos apoios femininos às causas republicanas. Essas mulheres garantiram a continuidade dos ideais liberais mesmo após a repressão à Confederação do Equador.

No romance *Dona Guidinha do Poço*, de Manoel de Oliveira Paiva, vemos um exemplo literário do protagonismo feminino nas dinâmicas de

poder e influência no sertão nordestino do século XIX. A personagem Dona Guidinha, herdeira de uma vasta fortuna, é retratada como uma mulher ambiciosa e determinada, que se envolve em tramas de traição e manipulação para manter o controle sobre sua propriedade e fortuna. Embora a obra se passe em um contexto de ficção, ela reflete de maneira crítica o papel das mulheres como gestoras de propriedades e influenciadoras no cenário social e político, destacando as contradições e tensões morais que as envolvem. Assim como as mulheres cearenses que resistiram ao autoritarismo, Dona Guidinha também representa a força feminina em um contexto de dominação masculina e desigualdade social. [... Mando de assassinato de Major Facundo]

### **3.3 O Clero e a Resistência**

Além das alianças familiares, o clero também desempenhou um papel importante na resistência ao centralismo monárquico. Em momentos de insurreição, como a Revolução Pernambucana de 1817 e a Confederação do Equador de 1824, o clero teve um papel destacado na defesa de ideais republicanos e separatistas. Figuras como Padre Miguelinho e Padre Roma, líderes da revolução de 1817, assim como Frei Caneca e Padre Mororó, da Confederação do Equador, utilizaram sua influência religiosa para mobilizar a população em prol da liberdade e da autonomia regional. O envolvimento do clero na defesa das causas republicanas ajudava a mobilizar a população, e sua autoridade religiosa reforçava a legitimidade da resistência. Além disso, o pensamento desses padres bebia das fontes iluministas, da Revolução Francesa e Americana, e da maçonaria, trazendo para o Brasil os ideais de liberdade, igualdade e federalismo. Sacerdotes locais, como o padre Francisco de Albuquerque e Lima, que contou com o apoio de líderes como Fábio Máximo de Moraes Monteiro, eram figuras fundamentais nas disputas políticas do sertão.

## **4. A ATA DE 9 DE JANEIRO DE 1824 E O MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO NO CEARÁ: CONEXÕES FAMILIARES E RESISTÊNCIA AO PODER IMPERIAL.**

A ata de 9 de janeiro de 1824, promulgada pela Câmara Municipal da então Vila de Campo Maior de Quixeramobim, é um marco histórico da insubordinação contra o poder central no Ceará, e pode ser considerada

um prelúdio da Confederação do Equador. Esse documento, assinado por importantes figuras da política local, como Manoel Alexandre de Lima e José Monteiro de Magalhães Pinto, foi um símbolo do início da resistência organizada contra o centralismo imposto por D. Pedro I.

Em 29 de setembro de 1821, um decreto das Cortes de Lisboa criou juntas provisórias de governo em cada província do Brasil, incluindo uma em Fortaleza, eleita em 15 de janeiro de 1822. Composta por representantes alinhados aos interesses portugueses, essa junta, contudo, não durou muito. A agitação nacionalista no Ceará fez com que, em 16 de outubro, o colégio eleitoral do Icó substituísse o governo por outro, agora inteiramente brasileiro e de orientação liberal, formado pela aristocracia agrária do interior, trazendo um sopro de independência a uma província cansada de intrusos estrangeiros.

*Foram eleitos para a nova Junta, que recebeu o nome de Governo Temporário, José Pereira Filgueiras, do Crato (presidente), vigário Antônio Manoel de Sousa, do Jardim, José Joaquim Xavier Sobreira, de Lavras, tenente-coronel Antônio Bezerra de Sousa Menezes, do Icó, Francisco Fernandes Vieira, de São Mateus, e Joaquim Felício Pinto de Almeida e Castro, de Quixeramobim. Todos, homens do campo, agricultores e criadores. (CÂMARA, 1970, p. 160)*

A partir desse momento, a elite cearense passou a articular um movimento que exigia maior autonomia para as províncias, desafiando a estrutura centralizadora e monárquica do Império. As famílias envolvidas na assinatura desta ata foram fundamentais para a deflagração da resistência, e seus membros atuaram ativamente tanto nos eventos que culminaram na Confederação do Equador quanto nas décadas subsequentes de disputas políticas no sertão cearense.

#### **4.1 Conexões com a Revolução Pernambucana de 1817**

O envolvimento da família Magalhães Pinto e outras famílias cearenses no movimento separatista de 1824 não foi um fato isolado. A Revolução Pernambucana de 1817 já havia lançado as bases da resistência ao poder central, e muitas famílias que participaram desse evento também se juntaram à causa no Ceará. Um exemplo é Manoel Alexandre de Lima, genro de José de Barros Lima, o “Leão Coroado”, figura central da revolta de 1817.

“Leão Coroado” foi um dos primeiros a se rebelar contra a opressão portuguesa, matando um oficial que tentava prendê-lo, desencadeando a Revolução Pernambucana. Esse ato histórico marcou a resistência da região e foi um legado transmitido por gerações. Manoel Alexandre de Lima e outros líderes cearenses, parentes de Barros Lima, herdaram essa tradição de luta contra o centralismo, essencial nos eventos de 1824.

A tradição de resistência continuou na família. Em 1814, Alexandrina Joaquina Taveira, filha de Manoel Alexandre de Lima de seu primeiro casamento, casou-se com José Vidal de Negreiros, unindo as famílias Lima e Vidal de Negreiros em Quixeramobim. Entre as testemunhas daquele casamento estavam figuras importantes como o Capitão-Mor José dos Santos Lessa e o Capitão Miguel José de Queiroz, protagonistas nos eventos posteriores à promulgação da ata.

Entre os signatários da ata de 9 de janeiro de 1824, destacam-se nomes ligados ao “Leão Coroado”. Manoel Alexandre de Lima, escrivão da Câmara, como já dito, era cunhado de José de Barros Lima (1764-1817). José Monteiro de Magalhães Pinto, influente comerciante e proprietário de terras, também fazia parte desse círculo familiar, assim como seu irmão Antônio José de Magalhães Pinto e, posteriormente, seu filho, José Monteiro de Magalhães Pinto Jr.

A atuação dessas figuras está intrinsecamente relacionada aos laços familiares que atravessaram gerações. Manoel Alexandre de Lima, viúvo de Anna Joaquina Taveira<sup>3</sup> (viveu em torno de 1777-1809), casou-se em segundas núpcias com Maria de Nazareth Bezerra de Menezes. Este segundo casamento, ocorrido em 27 de novembro de 1809, no Aracati, consolidou a presença de sua família no Ceará, particularmente na região de Quixeramobim, no sertão Central. Dessa união nasceu Maria Conceição de Albuquerque Lima, minha tetravó, consorciada com Fábio Máximo de Moraes Monteiro, este filho de José Monteiro (ver ANEXO II).

## **4.2 Raízes Genealógicas e a Influência das Famílias Magalhães Pinto e Lima**

José Monteiro de Magalhães Pinto, uma das principais figuras da ata, foi casado com Francisca Jacinta de Moraes. Ele, filho de Antônio Pinto Borges

---

3 FAMILY SEARCH. Assentamentos envolvendo Anna Joaquina Taveira. Disponível em: <https://www.familysearch.org/tree/person/sources/KJ4T-NXJ>. Acesso em: 26 de setembro de 2024.

de Magalhães e Quitéria Maria do Nascimento. Ela, filha de Francisco José de Moraes e Joana Antônia Bezerra de Menezes. O registro de batismo de um certo Francisco, no ano de 1816 em Quixeramobim atesta como padrinhos José Monteiro Pinto de Magalhães e sua irmã Anna Quitéria de Magalhães<sup>4</sup>, ambos respectivamente casados. Anna Quitéria de Magalhães foi umas das que entre outras “cunhãs liberais” assinou com a matriarca Francisca Jacinta de Morais uma lista de apoio à revolução em maio de 1824, evidenciando o papel ativo das mulheres da família (ver ANEXO I).

O capitão-mor Antônio Pinto Borges de Magalhães e sua esposa, Quitéria Maria do Nascimento, são figuras recorrentes em várias correspondências e documentos da época, tal qual evidências registradas no Arquivo Histórico Ultramarino<sup>5</sup>. Ela, por sua vez, era descendente do licenciado Luciano Diniz Cardoso de Vargas, bastante conhecido pelo epíteto de “Abraão do Jaguaribe”. O genealogista Francisco de Araújo Lima trouxe-nos inestimável contribuição a ancestralidade dessa família portuguesa, cuja presença é comprovadamente marcante no Ceará (ARAÚJO LIMA, 1988)<sup>6</sup>.

*O licenciado Antônio Pinto Borges de Guerra, natural do lugar de Friume, Freguesia do Salvador da Ribeira de Pena, vizinha a leste da Vila Pouca de Aguiar, Vila Real, filho de José Pinto Borges e de Maria Borges da Guerra, casou-se a 01 de fevereiro de 1725, na Igreja de São João Batista de Capeludos, com a viúva do Licenciado João de Souza, Maria Magalhães Carneiro, do lugar de Vilarinho, filha de Brás de Magalhães Carneiro e de Maria Teixeira. Presentes, o Padre Fernando Martins de Aguiar, as testemunhas, Caetano Guerra, Jeremias Pinto, e outras pessoas. (ARAÚJO LIMA, 1988, p.363)*

- 4 FAMILY SEARCH. Batizado de Francisco, 1816. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939V-BYSJ-27?view=index&action=view>. Acesso em: 2 set. 2024.
- 5 BIBLIOTECA NACIONAL. Requerimento de Antonio Pinto Borges, ao [príncipe regente, D. João], a pedir que se junte um requerimento ao outro que foi remetido anteriormente, no qual solicita a confirmação da patente de capitão-mor da vila de Montemor-o-Novo da América. Disponível em: [http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=006\\_CE&pesq=%22antonio%20pinto%20borges%22&pagfis=8310](http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=006_CE&pesq=%22antonio%20pinto%20borges%22&pagfis=8310). Acesso em: 26 de setembro de 2024.
- 6 O pesquisador Francisco Augusto identifica 4 filhos de Antônio Pinto Borges de Magalhães Jr. e Quitéria Maria do Nascimento ao qual acrescentamos o nome de José Monteiro Pinto. São eles: Antônio (n.12 de outubro de 1781), Francisca Inácia de Magalhães (n. janeiro de 1788), Francisco de Borges de Magalhães Pinto (n. 24 de dezembro de 1788) e Ana Quitéria Joaquina de Magalhães (n. fevereiro de 1791). Lima, Francisco Augusto. Siará Grande : uma Província Portuguesa do Nordeste Oriental do Brasil - Vol. I (SIARÁ GRANDE - 04 VOLUMES Livro 1), p. 367-369. Gráfica Editora. Edição do Kindle.

O autor no diz ainda que “o Licenciado Antônio fez uso do Pinto Borges e no Ceará abdicou ao sobrenome materno GUERRA”. O assentamento de casamento de Francisco de Borges de Magalhães Pinto, irmão de José Monteiro, também reforça as conexões familiares e políticas da época. Francisco casou-se em 14 de abril de 1817 com Maria Inácia Cavalcante de Queiroz, filha do Capitão Miguel José de Queiroz Lima e de Vicência Clara Maria da Silva, em um evento que contou com a presença de líderes como Manoel Alexandre de Lima e José Monteiro Pinto de Magalhães. (ARAÚJO LIMA, 1988, p.369)

Essas conexões familiares, além de estreitarem os laços entre as principais figuras políticas e econômicas do sertão cearense, ajudaram a articular a resistência contra o centralismo imperial. Laços de sangue e matrimônios entre primos eram comuns entre as famílias Queiroz, Santos Lessa, Barros Lima, Pinto (Borges) de Magalhães, Castros e Cavalcantes, fortalecendo as alianças políticas e sociais. Aliás, Adolfo Bezerra de Menezes, conhecido como o “médico dos pobres” e adepto da doutrina espírita de Allan Kardec, é um exemplo daquelas alianças matrimoniais (KLEIN, 2021).

## **5. ANTÔNIO CIRILO DE QUEIROZ: OPOSIÇÃO E VIOLÊNCIA POLÍTICA**

Outro personagem central nas disputas políticas do Ceará no século XIX foi Antônio Cirilo de Queiroz, cujo nome esteve envolvido em intensos conflitos familiares e políticos. Nascido em 1811, Cirilo foi um dos principais protagonistas das disputas entre liberais e conservadores que marcaram a política cearense durante o século XIX. A narrativa a seguir é baseada na genealogia do autor Boanerges Facó (FACÓ, 1961).

### **5.1 Conflitos Familiares e Assassinato de Justino Antônio de Queiroz**

A vida de Cirilo foi profundamente marcada pela violência. Em 1835, seu irmão Justino Antônio de Queiroz foi assassinado em uma emboscada no Piauí, o que levou Cirilo a uma série de atos de vingança contra seus inimigos. Ele atacou as propriedades daqueles que ele acreditava serem responsáveis pela morte de seu irmão, intensificando as tensões e consolidando sua reputação como um homem implacável. Esse episódio exemplifica a cultura de

vingança que permeava as disputas políticas e familiares no sertão cearense, onde a violência muitas vezes substituía a resolução pacífica de conflitos.

## **5.2 Rompimento com José Martiniano de Alencar**

Em 1841, Cirilo rompeu relações com o senador José Martiniano de Alencar, uma das figuras políticas mais influentes da província do Ceará. Esse rompimento se deu durante uma insurreição em Muxuré, onde Cirilo, apoiado por aliados, se opôs ao controle de Alencar sobre a região. A partir de então, Cirilo adotou uma postura mais conservadora, distanciando-se dos liberais e tornando-se um opositor ativo nas disputas políticas que dominaram a província nas décadas seguintes.

## **5.3 Assassinato de Manuel de Moraes Rêgo e Absolvição**

Outro episódio marcante da vida de Cirilo foi o assassinato de Manuel de Moraes Rêgo, conhecido como “Tartaruga”, em 1856. Esse crime envolveu uma disputa por herança, na qual Cirilo, juntamente com seu irmão Marcolino João de Queiroz<sup>7</sup>, capturou e executou Tartaruga. Apesar da brutalidade do crime, Cirilo foi absolvido no julgamento, o que reforçou sua imagem como uma figura poderosa e temida no sertão.

Esses eventos demonstram como as tensões políticas e pessoais frequentemente se entrelaçavam no Ceará oitocentista, criando uma dinâmica de conflito onde as fronteiras entre política e vingança pessoal eram muitas vezes indistintas. Cirilo de Queiroz, assim como outros líderes de sua época, utilizava a violência como uma ferramenta para consolidar seu poder e manter sua posição dentro da hierarquia local. É assim que a figura de Fábio Máximo de Moraes Monteiro, meu tetravô, surge como uma figura de resistência aos desmandos locais.

## **6. FÁBIO MÁXIMO DE MORAES MONTEIRO: TRAJETÓRIA DE CONFLITO E JUSTIÇA**

A vida de Fábio Máximo de Moraes Monteiro é um exemplo claro das complexas redes de lealdades políticas e familiares que dominaram o

---

<sup>7</sup> Curiosamente, Marcolino foi julgado no mesmo tribunal de Maria Francisca de Paula “Marica” Lessa, acusada de ser mandante do assassinato de seu próprio esposo, o coronel Domingos Vítor de Abreu e Vasconcelos, crime este que inspirou Oliveira Paiva a escrever o romance *Dona Guidinha do Poço*.

sertão cearense no século XIX. Descendente de famílias que participaram da Confederação do Equador, Fábio viveu em um contexto de intensas disputas políticas e de alianças voláteis entre liberais e conservadores. Desde cedo, ele se destacou como defensor de causas religiosas e, ao longo de sua trajetória, participou ativamente da vida política e social da região, sempre alinhado aos ideais liberais.

Fábio Máximo de Moraes Monteiro (n. 1825 - f. data desconhecida) casou-se com Maria Conceição de Lima Albuquerque (n. 1832 - f. 29 de agosto de 1907) em 9 de outubro de 1951, na vila de Quixeramobim. Sua trajetória política começou a se definir no início da década de 1850, quando a família se mudou para a vila de Santa Quitéria, na região da Barra do Macaco, uma pequena fazenda pertencente ao irmão de Maria Conceição. Foi nesse período que ele tomou uma posição pública ao defender seu cunhado e padre Francisco de Albuquerque e Lima em uma disputa com o também vigário Antônio Souza Neves, em 1853. Este episódio marcou sua primeira grande aparição no cenário político e religioso do Ceará, revelando uma profunda conexão com causas religiosas e com a defesa de figuras públicas importantes. Este evento não só o colocou em evidência, como também o posicionou como alguém comprometido com a justiça e a proteção com os mais vulneráveis (O Cearense, ed. 608, 1853)<sup>8</sup>.

Sua dedicação à educação também foi reconhecida. Os jornais informam que Fábio recebia gratificações por seus serviços como professor primário em Santa Quitéria. Em 1857, Fábio foi nomeado juiz municipal interino, um avanço significativo em sua carreira pública. Nesse novo papel, ele se envolveu em disputas políticas importantes, especialmente na defesa do também professor primário Pedro Jaime d'Alencar Araripe Junior<sup>9</sup>, acusado injustamente. Ao lado de Francisco Manoel de Lima Albuquerque e de outras figuras públicas, Fábio se dedicou a proteger a honra de Araripe (O Cearense, ed. 215, 1862, p.2-3)<sup>10</sup>.

8 BIBLIOTECA NACIONAL. O Cearense, Seção de Correspondências, 1853. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709506&pesq=%22Fabio%20Maximo%22%20&pagfis=2433>. Acesso em: 27 de setembro de 2024.

9 Este era neto do Conselheiro Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, filho de Pedro Jaime de Alencar Araripe. O primogênito de Tristão Gonçalves foi professor da instrução pública de Quixeramobim e escreveu entre outros “A Confederação do Equador no Ceará para Jovens”. Uma biografia completa sobre Pedro Jaime pode ser encontrada em Alencar (2011).

10 BIBLIOTECA NACIONAL. O Cearense. Seção de Correspondências, 1862. Disponível em: <https://>

As correspondências apresentadas revelam um conflito envolvendo o professor Pedro Jaime de Alencar Araripe Junior, que é acusado de incompetência e má conduta em Santa Quitéria. Em sua defesa, ele apresenta atestados de autoridades locais que confirmam sua competência e boa moral. Esse embate reflete disputas políticas e sociais locais, equivalentes ao que Ilmar Rohloff de Mattos descreve em *O Tempo Saquarema: A Formação do Estado Imperial*, onde a educação e a moralidade pública seriam usadas como ferramentas de controle por o que ele enxerga como “elites conservadoras”.

A disputa pelo controle da educação e pela reputação pública dos professores indica um conflito de facções na vila, que se alinha à dinâmica entre conservadores e liberais do período imperial. O uso de cartas de apoio e a importância dada à moralidade sugerem um esforço para preservar o status quo e manter a ordem social, características da elite agrária descrita por Mattos.

Os desafios aumentaram em 1859, quando Fábio denunciou dois criminosos notórios, conhecidos como “Rato” e “Pedra Branca”. Esse ato corajoso fez dele alvo de ameaças de vingança, principalmente de João Alves Guimarães, outro líder local. As tensões sociais e políticas eram intensas naquela época, especialmente em tempos eleitorais. No entanto, Fábio manteve sua postura firme, mesmo diante das ameaças pessoais. O episódio simboliza bem as dificuldades enfrentadas por figuras públicas que ousavam desafiar a ordem estabelecida e lutar pela justiça (*O Cearense*, ed.1279, 1859)<sup>11</sup>.

No ano seguinte, 1860, Fábio viu-se novamente envolvido em uma série de disputas políticas, desta vez sendo alvo de ataques pessoais. Acusações foram publicadas no jornal *O Cearense*, questionando sua conduta profissional e pública. Demonstrando sua capacidade de se defender, Fábio usou os mesmos meios públicos para refutar as alegações e preservar sua honra. Este período evidencia a atmosfera política hostil da época - não muito diferente de hoje -, onde rivalidades eram resolvidas frequentemente através de ataques públicos e pessoais (*O Cearense*, ed. 1295, 1860; *Pedro II*, ed. 1999, 11860)<sup>12</sup>.

---

memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=216828&pesq=%22F%C3%A1bio%20 Moraes%20Monteiro%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=6283. Acesso em: 30 de setembro de 2024.

11 BIBLIOTECA NACIONAL. *O Cearense*. Seção Noticiário, 1859. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=709506&pasta=ano%20186&pesq=Fabio&pagfis=4897>. Acesso em: 27 de setembro de 2024.

BIBLIOTECA NACIONAL. *O Cearense*. Carta particular de autor anônimo, 1859. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=709506&pasta=ano%20186&pesq=Fabio&pagfis=4898>. Acessado em 27 de setembro de 2024.

12 BIBLIOTECA NACIONAL. *O Cearense*. Seção de Correspondências, 1860. Disponível em:

Sua ascensão continuou em 1862, quando Fábio foi nomeado substituto de juiz municipal em Santa Quitéria, derrotando os poderosos Pinto de Mesquita, uma família tradicional daquele município. Essa conquista foi crucial para consolidar sua influência política e social. Além disso, Fábio participou da Exposição de Artigos na Santa Casa de Misericórdia, ao lado de personalidades proeminentes como Thomaz de Aquino Souza Catunda e João Antônio de Mesquita Magalhães, reforçando seu papel como líder da comunidade (O Cearense, ed.1510, 1862)<sup>13</sup>.

A década de 1860 foi marcada por disputas eleitorais acirradas no Ceará. Em 1864, Fábio foi promovido de alferes a tenente, um reconhecimento de sua crescente importância. No entanto, essa promoção também trouxe consigo novos inimigos, como Lúcio Pinto de Mesquita, em um esforço para minar sua credibilidade. Essas disputas políticas revelam o ambiente de confronto constante, onde alianças e rivalidades moldavam a dinâmica do poder local, exemplificada pela matéria “*Ostracismo dos Liberais do Ceará por 14 anos, de que falla constantemente O Cearense*”, ressaltando a eleição para senador do império de Thomaz Pompeu de Souza Brasil, então líder dos liberais. (A Constituição, ed.18, 1864)<sup>14</sup>.

Fábio demonstrou seu comprometimento com causas nacionais em 1865, quando apoiou a campanha dos Voluntários da Pátria durante a Guerra do Paraguai. Seu envolvimento na defesa dos ideais liberais e sua participação ativa nas causas militares reforçaram sua lealdade ao Partido Liberal. Em um momento em que o partido enfrentava grandes desafios no Ceará, figuras como Fábio mantinham viva a esperança de um futuro republicano (O Cearense, ed.1830, 1865)<sup>15</sup>.

---

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=216828&pesq=%22F%C3%A1bio%20Moraes%20Monteiro%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=3939>. Acesso em: 27 de setembro de 2024.

13 BIBLIOTECA NACIONAL. Relação de substitutos dos juizes municipais - 1o lugar de Fabio Moraes Monteiro Santa Quitéria, 1862. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=709506&pasta=ano%20186&pesq=Fabio&pagfis=5335>. Acesso em: 27 de setembro de 2024.

BIBLIOTECA NACIONAL. Exposição de artigos na Santa Casa de Misericórdia. Expositores: Srs. Thomaz de Aquino Souza Catunda, Joao Antonio de Mesquita Magalhaes e Fabio de Moraes Monteiro, 1862. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=216828&pesq=%22F%C3%A1bio%20Moraes%20Monteiro%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=6593>. Acesso em: 27 de setembro de 2024.

14 BIBLIOTECA NACIONAL. A Constituição, 1864. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=235334&pasta=ano%20186&pesq=&pagfis=65>. Acesso em: 27 de setembro de 2024.

15 BIBLIOTECA NACIONAL. O Cearense, Parte Oficial. Governo da Província, 1865. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709506&Pesq=Fabio&pagfis=6488>. Acesso em: 27 de setembro de 2024.

A ascensão de Fábio continuou com sua nomeação como tabelião público de Ipú em 1867. Este novo cargo ampliou sua influência sobre as questões jurídicas e comerciais da região, consolidando sua posição como uma figura central no cenário político e legal local. No entanto, como sempre, sua posição de destaque também atraiu novos adversários e trouxe novos desafios (A Constituição, ed.72, 1867)<sup>16</sup>.

Além da política, Fábio também demonstrou interesse em expandir suas atividades econômicas. Em 1868, ele fundou a sociedade “Fabio & Frango”, com Francisco Lopes Frango, voltada para o comércio de algodão na Serra das Matas, ainda em Santa Quitéria. Nesse mesmo ano, ele defendeu seu irmão, Antônio José Monteiro Imbiriba, em uma disputa com Zenon, mostrando seu compromisso inabalável com a família e sua habilidade em lidar com as disputas econômicas e políticas locais (O Cearense, ed.2673, 1868)<sup>17</sup>.

Nos anos seguintes, após 1872, quando Fábio Máximo de Moraes Monteiro abandonou os cargos de escrivão e juiz interino do termo de Ipú, sua figura parece desaparecer dos registros históricos disponíveis. Não há mais informações concretas sobre sua vida pública ou pessoal após esse período. O que se sabe é que, a partir desse ponto, a presença de Fábio na documentação da época se apaga, deixando um vazio sobre os últimos anos de sua trajetória.

Maria Conceição de Lima Albuquerque e Fábio Máximos de Moraes Monteiro tiveram até onde se pôde descobrir 8 filhos. Em nota no velório de Maria Conceição, com data de 29 agosto 1907, entretanto, consta descendência, pelo que se sabe, de “6 filhos e 29 netos e 13 bisnetos” (Jornal do Ceará, ed.598, 1907)<sup>18</sup>. Aqui, quase ao fim dessa narrativa, caberia ainda uma digressão a fim de amortecer a queda daquilo que já antecipamos. Algo comum nos livros de história, porém quase impossível nos livros de

16 BIBLIOTECA NACIONAL. A Constituição. Noticiário. Advogado burlão, 1867. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=235334&pesq=%22F%C3%A1bio%20Moraes%20Monteiro%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=1215>. Acesso em: 27 de setembro de 2024.

17 BIBLIOTECA NACIONAL. O Cearense. Anuncios, 1868. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709506&Pesq=%22Fabio%20de%20Moraes%22&pagfis=8312>. Acesso em: 27 de setembro de 2024.

18 BIBLIOTECANACIONAL. Jornal do Ceará. Mortos, 1907. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=231894&pesq=%22F%C3%A1bio%22&pasta=ano%20191&hf=memoria.bn.br&pagfis=1682>. Acesso em: 27 de setembro de 2024.

genealogia. Afinal, fazer uma comparação entre a História, com H maiúsculo, que procura sempre traçar uma ideia de progresso e sentido, com o tempo cíclico da Genealogia, um lugar de morte e constante recomeço, pode ser um exercício interessante? Os livros genealógicos por não se aterem a concatenação dos fatos sociais, têm uma constituição própria, onde os acontecimentos parecem mais se reproduzirem do que extraordinariamente acontecerem. Pode ela nos trazer o alívio que precisamos diante da eterna linearidade? Pesquisar, “bisbilhotar” ou ser curioso é um desejo geralmente carregado por quem quer sair da mesmice. De pessoas que não são capazes de “aquietar o facho” como diziam nosso avós.

Descobrimos ao todo 8 filhos, pois que além dos 6 que viviam em 1907, havia 2 que faleceram a bordo da embarcação que levava o mesmo nome, o vapor “Bahia”, em anos próximos. A morte na flor da juventude sempre parecerá algo injusto. A história não poderia deixar de ser mesmo trágica, época em que o advento do trem logo suplantaria os logo obsoletos e mais custosos meios de transporte. Misturar História e Genealogia nos fazem começar a enxergar as coisas de um jeito diferente. O protagonista não é mais somente o sujeito, mas o que está envolta: é o tempo cheio de lentidão, o tempo das distâncias, das notícias que circulavam de boca em boca, eram as novas ideias que nasciam e faziam sentido diante de uma realidade caduca. Era o cheiro dos bichos, da gente e do mato molhado no amanhecer do sertão. Do sonho de reencontrar alguém que se queria bem, do amor correspondido. Das trocas de cartas que um dia haverão de ser lidas. Da vontade de ver prosperar a sua família e os momentos felizes. A vida de corridas a cavalo, o aboiar, o cultivar, o capinar, o plantar e o colher. Do constante nascer e morrer.

E como chegamos envolta do tempo? Nos registros cartoriais de fins do século XIX pouca coisa encontramos. Paradoxalmente, só nos foi permitido acessar o século XIX, na sua longitude tão própria, por meio daquilo que só o futuro nos entregou: a tecnologia como potencializadora dos nossos sonhos. Nos anos 2020, as coisas se tornaram realmente mais fáceis. Através de atas paroquiais, de batismo e registros de casamentos disponibilizados em acervos digitais fomos capazes de descortinar novos personagens e achar teias ainda não consolidadas. São às vezes fragmentos em atas, cartas ou manifestações literárias; os jornais que traziam

acaloradas discussões políticas, um pouco das famílias e das assembleias que funcionavam como fóruns literários. A partir daí pudemos exercitar nossa curiosidade. A imprensa, os folhetins e romances eram a tecnologia da época e refletiam na letra impressa ou de punho os pontos de vista dos seus senhores, funcionando como porta-vozes de combatentes e ideias produzidas na sociedade. Era uma sociedade opiniosa - se assim se possa dizer - isso quando não se partia para o exercício da violência.

Maria Conceição de Lima Albuquerque e Fábio Máximos de Moraes Monteiro são descendentes de revolucionários. Derivam deles uma série de Fábios, guerreiros empedernidos. Na família, até hoje há aqueles que levam seu nome. Mas dentre as quatro meninas e os quatro filhos (Anexo II), encontramos por acaso um José. Foi ele que me levou até aqui. José Ildefonso de Lima Monteiro fora casado com Vicência Caetana, tragicamente acometida por tuberculose aos 25 anos, deixando quase órfão meu bisavô, Fábio Ildefonso, criado por um casal de irmãos próximos. Eis mais uma história de sobrevivência que merecerá um dia ser contada. Era uma vida difícil e saber encarar a morte tal como faziam talvez exigisse bastante deles. Compreender essa realidade inexorável, pode nos trazer o alívio que tanto queremos, para daí não somente começar a desenvolver algum sentido para as ações e decisões que tomaram nossos antepassados queridos, mas sobretudo para que hoje consigamos melhor apoiar nossas decisões.

É insuportável ter de resistir ao desejo de tudo saber. Ao historiador porém se deve impor limites. Para seu próprio bem, ele deve aprender a sobreviver ao fim, a fim de que possa também viver sua vida. Sair de uma vez da posição de espectador e se inserir na história como um protagonista. Ele mesmo deve se impor essa tarefa. Do contrário, está destinado a também morrer.

## 7. CONCLUSÃO

O estudo das conexões familiares e políticas no Ceará do século XIX revela uma complexa rede de alianças matrimoniais, consanguíneas e políticas que foram fundamentais na resistência ao centralismo imperial e na promoção dos ideais republicanos. Através da genealogia, pode-se observar como essas famílias influentes, tanto através de homens quanto

de mulheres, moldaram o cenário político da época, enfrentando desafios internos e externos para manter sua posição de poder. Os conflitos familiares, a participação ativa do clero e a influência de líderes regionais mostram que a história do sertão cearense é marcada por um intrincado entrelaçamento de política, religião e violência, onde os laços de sangue frequentemente definiram as linhas de confronto e colaboração.

\*\*\*

## REFERÊNCIAS

- ALENCAR, Maria Helena. Brados Retumbantes De Uma Vida - Trajetória de Pedro Jaime o Primogênito de Tristão Gonçalves de Alencar Araripe. Maria Helena e Guarani Valença de Araripe. Fortaleza: UECE, 2011.
- ARAÚJO LIMA, Francisco de. Genealogia Cearense: séculos XVIII e XIX. Fortaleza: Edições Nordeste, 1988.
- ARARIPE, Pedro Jaime de Alencar. A Confederação do Equador no Ceará para jovens. Organizado por: Maria Helena Alencar e Guarani Valença de Araripe. Fortaleza: Premium, 2014.
- BEZERRA, Antônio Herbert Paz. Genealogia dos Bezerra de Menezes: história e diáspora. Fortaleza: Premium, 2004.
- BEZERRA DE SÁ, Murilo. Famílias Cearenses - Estudo genealógico dos Bezerra de Menezes. Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, Anno LX, p. 215-225, 1946.
- BEZERRA DE SÁ, Walder. Os Bezerra de Menezes: descendentes de “Antônio Bezerra de Santa Helena” e D. Fausta Edelvita Bezerra. Fortaleza: Tipografia Minerva, março, 1984.
- BEZERRA NETO, Eduardo de Castro; BARROS LEAL, Vinicius; TELES PINHEIRO, Raimundo. Os Bezerra de Menezes: do Riacho do Sangue, da Zona Norte e do Cariri. Fortaleza: Tipografia Minerva, 1982.
- BRANDÃO, Ulysses. A Confederação do Equador (1824-1924). Recife: Tipografia Escolar, 1924.
- CÂMARA, José Aurélio Saraiva. Fatos e documentos do Ceará provincial. Fortaleza: Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará, 1970.
- FACÓ, Boanerges. Genealogia Família Queiroz - Ferreira de Beberibe - Os Facós - Turbulentos e Trágicos. In: Revista da Academia Cearense de Letras, 1961, n. 17, p. 254-273.
- FARIA, Sheila de Castro. História da família e demografia histórica. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- FURTADO BEZERRA, Aluísio. Família Bezerra de Menezes: descendência de Joana Bezerra de Menezes - cc. João de Souza Pereira. Fortaleza: 2ª edição, maio, 2014.

KLEIN, Luciano. Adolfo Bezerra de Menezes: o homem, seu tempo e sua missão. Fortaleza: Feec, 2021.

LIMA, Cândido Pinheiro Koren de. Bezerras e outros. Recife: Fundação Gilberto Freyre, 2018.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. O Tempo Saquarema: a Formação do Estado Imperial. São Paulo: Hucitec, 1994.

MELLO, Evaldo Cabral de. A Outra Independência: O Federalismo Pernambucano de 1817 a 1824. São Paulo: Editora 34, 2004.

\*\*\*

## ANEXO I - Apoio revolucionário das liberais cunhãs

Manifesto de apoio à causa revolucionária, dirigido ao Redator do Diário do Governo do Ceará por parte de mulheres do povo que se autointitulam “Liberais Cunhãs” publicado em 22 de maio de 1824

*Sr. Redator.*

*Um vivo transporte de prazer e alegria se apodera dos nossos corações pela lisonjeadora e aprazível notícia de que V.S. opondo-se à barreira da honra na defesa da nossa Santa Causa, digna-se pelas suas amáveis virtudes ser o protótipo da nossa Liberdade, o intrépido, o irresistível Piloto que fará surgir a nau do marulho das impetuosas ondas, e desaparecer o negrume da ameaçadora tempestade. Sim, será V.S. o astro radiante que fará aparecer a luz do dia, mergulhando nos horrores das trevas o nefando e sempre detestável despotismo. Tornamos a dizer, será V.S. que fará vibrar o clarão da verdade há muito sepultado e submergido nos caos da ignomínia e desgraça.*

*Nós, posto que fracas Cunhãs, despidas daquele verdadeiro brilhantismo que enriquece a alma humana e a eleva ao cimo de todas as virtudes sociais, não deixamos de sentir uma razão natural que nos dita os nossos cômodos e utilidades necessárias. A privação delas nos tem levado a investigar e entrar no conhecimento destas verdades, e assim não desconhecemos hoje em dia quais sejam os nossos deveres para com a nossa Mãe Pátria.*

Estamos prontas e já nos preparamos das competentes flechas que devem rechaçar o inimigo que se nos atrever. Unidas aos nossos esposos, pais, filhos, e irmãos, dirigiremos hinos aos Atletas da Sagrada Liberdade; e ao som dos instrumentos bélicos entoaremos o harmonioso toré, em aplauso às festas da Pátria.

Esperamos, de generosa atividade de V.S., haja de reverberar o esplendor de suas luzes estes encantados sertões, para que possamos com mais facilidade alcançar o magnífico troféu que tão ansiosamente desejamos.

Rogamos a V.S., queira nos fazer a distinta honra: inserir estas mal traçadas expressões em uma de suas folhas, para o público testemunho dos nossos sentimentos. A beneficência de V.S. revelará os nossos erros, pois que não pode ser a nossa frase acomodada senão ao estilo que requer a enfermidade de nossas ideias.

Deus guarde V.S. em boa paz, livre dos pés de rodo e da epidemia dos Corcundas. Assim, lhes desejam as Liberais Cunhãs, que se presam ser com respeito.

DE V.S. ATENCIOSAS E AMANTES PATRÍCIAS.

Assinam: Francisca Jacinta de Moraes, Raimunda Francisca Xavier de Mattos, Luiza Francisca Gomes Silva, Anna Cosma de Souza, Antonia Maria da Páscoa, Thomasia Maria da Conceição, Maria de Nazaré Bezerra de Lima, Maria das Mercês Lima, Maria Francisca de Lima, Maria do Rosário de Lima, Maria Thereza de Jesus de Lima, Maria Jacinta Carolina de Lima, Joana Antonia Maria de Lima, Maria Francisca Benedita de Aragão, Guilhermina Carolina de Aragão, Silvana Bela Raimunda, Joana Francisca da Paixão, Gertrudes Felícia de Almeida, Maria Francisca de Almeida, Anna Rosa de Almeida, Joanna Maria de Almeida, Joaquina Taveira de Almeida, Thereza de Jesus d'Almeida, Francisca Maria de Almeida, Francisca Angélica de Torres Câmara, Manoela do Nascimento Maciel, Anna Maciel de Andrade, Ursula Maria da Anunciação, Ronalda Mendes Maciel, Anna Maria da Anunciação, Maria Francisca Maciel, Bárbara Maria da Conceição, Maria Helena de Jesus, Mônica Maria de Jesus, Izabel Ferreira do Nascimento, Francisca Ignácia de Magalhães, Anna Quitéria de Magalhães, Francisca Domingas Ferreira da Luz, Maria Izabel do Nascimento, Joanna Rosa da Paixão, Maria Joaquina de Magalhães, Rufina Jacinta de Magalhães, Thereza de Jesus Monteiro, Maria Águeda de Magalhães, Anna Brígida de Magalhães, Vicência Clara de Queiróz, Justina de Queiróz, Anna Felícia de Jesus, Maria Francisca do Espírito Santo, Izabel Maria do Sacramento, Luíza Francisca do Sacramento, Thereza Maria de Jesus, Anna Ignácia de Jesus, Maria Francisca Carlota, Maria Francisca do Sacramento, Cândida Rosa Bela Cunha, Maria Joaquina da Conceição, Francisca Thomázia de Aquino, Cosma Maria dos Prazeres, Pulquéria Maria de Souza, Albina Ferreira de Sobral, Francisca Bezerra de Rezende, Anna Izabel, Delfina Correia, Izabel Maria, Antonia Manoela, Patrícia Maria de Jesus, Luíza Francisca, Izabel Maria, Izabel Maria, Bertholeza Maria, Maria Francisca, Francisca Bezerra, Antonia Jacinta, Antonia Francisca, Anna Izabel, Anna Izabel dos Prazeres, Maria Serra da Purificação, Anna Maria de Souza, Thereza Maria de Jesus.

Fonte: ARARIPE, Pedro Jaime de Alencar. A Confederação do Equador no Ceará para jovens. Organizado por: Maria Helena Alencar e Guarani Valença de Araripe. Fortaleza: Premium, 2014, p.135-137.

\*\*\*

## ANEXO II - Genealogia Bezerra de Menezes

### Aracati

**Antônio Bezerra de Menezes**, homônimo de seu pai, nasceu em 1780 e faleceu em 16 de junho de 1846. Casou-se em 28 de janeiro de 1800 com **Vicência Caetana de São José**, nascida por volta de 1784, filha de José de Barros Ferreira (fundador de Quixadá-CE) e Caetana Maria Michaela. O casal teve nove filhos:

- José de Barros Menezes, nascido por volta de 1810.
- Caetana Maria Micaela, homônima de sua mãe, nascida por volta de 1816.
- Lino Bezerra de Menezes, nascido em 1818.
- Antônio Bezerra de Menezes, o terceiro com esse nome, nascido em 1820.
- Francisco de Sales Bezerra, nascido em 1823.
- João Bezerra de Menezes, nascido em 1824.
- Luísa de França Bezerra, casada com Carlos Manoel de Sabóia.
- Francisca Felícia Bezerra, casada com Antônio Ferreira Barros.
- Maria Francisca do Espírito Santo, casada com Luís Antônio Gonçalves.

**Lino Bezerra de Menezes**, funcionário da alfândega, casou-se com **Thereza de Jesus Bezerra**, filha de José Monteiro de Magalhães Pinto e Francisca Jacinta Bezerra. O casal teve os seguintes filhos:

- Antonio Bezerra (1845 - ).
- Jacob (1849 - ).
- Francisca Bezerra de Menezes (1852 - ).
- Thereza de Jesus Bezerra (1854 - ).
- Theóphilo (1859 - ).
- Vicência Caetana Bezerra de Menezes (14 de agosto de 1860, Aracati, CE - 7 de fevereiro de 1886), faleceu de tuberculose aos 25 anos, mãe de Fábio Ildefonso Bezerra, nascido em 1884.
- Thereza de Jesus Bezerra de Menezes (1862 - 1958).
- José Bezerra de Menezes.

**Joana Antônia Bezerra de Menezes** nasceu em 24 de janeiro de 1754 em Russas-CE, sendo batizada em 24 de junho do mesmo ano, filha de Antônio Bezerra de Souza e Thereza Maria José. Irmã mais velha, primogênita, de Antônio Bezerra de Souza Menezes, o Revolucionário. Faleceu por volta de 1800. Casou-se em 27 de julho de 1786 com o português **Francisco José de Moraes**, filho de Lourenço José de Moraes e Rita. Residiram em Aracati-CE, onde Francisco foi vereador em 1787. Após a morte de Joana Antônia, Francisco José casou-se com Florência de Andrade Bezerra, prima de Joana. Quando enviuvou novamente, Florência casou-se com João Facundo de Castro Menezes, o Major Facundo.

Joana Antônia Bezerra de Menezes e Francisco José de Moraes tiveram três filhas:

- Ana Joaquina Bezerra (nascida c. 1782), casou-se com o pernambucano Antonio Joaquim de Almeida e Castro.
- Maria de Nazaré Bezerra de Menezes (nascida c. 1787), casou-se com Manoel Alexandre de Albuquerque Lima.
- Francisca Jacinta Bezerra (nascida c. 1788), casou-se com José Monteiro Pinto.

### **Sertão Central**

**Maria de Nazaré Bezerra de Menezes** casou-se em 29 de novembro de 1809 com o pernambucano **Manoel Alexandre de Albuquerque Lima**, em segundas núpcias dele. Manoel Alexandre era filho do Cel. Joaquim dos Reis Lima e Thereza de Jesus Melo Albuquerque, neto de Estevão Ferreira Nobre e D. Leonor de Melo Albuquerque. Manoel Alexandre foi escrivão da Câmara de Quixeramobim e comandante do Esquadrão de Cavalaria, falecendo em Quixeramobim em 15 de junho de 1848. Tiveram 13 filhos:

- Francisco Manoel de Albuquerque Lima, padre, nascido em 1815, foi vigário de Santa Quitéria, CE, de 1851 até seu falecimento em 1882.
- Maria de Nazaré Lima, casou-se duas vezes com os irmãos José Francisco dos Santos Lessa e Francisco José dos Santos Lessa, filhos

do Capitão-Mor José dos Santos Lessa e Francisca Maria de Paula. Teve uma filha, Carolina Clementina de Lima Lessa.

- Maria do Rosário de Albuquerque Lima, conhecida como Dindinha Rosário.
- Maria Thereza de Albuquerque Bezerra, nascida em 13 de agosto de 1813, casou-se com seu primo Manoel Soares da Silva Bezerra e faleceu em 5 de maio de 1908 em Fortaleza.
- Maria Leopoldina de Albuquerque Lima, casou-se em 26 de junho de 1843 em Quixeramobim com seu primo Theóphilo Rufino Bezerra de Menezes.
- Antero Aprígio de Albuquerque Lima, nascido em 1831, casou-se com sua sobrinha Carolina Clementina de Lima Lessa.
- Maria Conceição de Lima Albuquerque, nascida em 1832, casou-se com seu primo Fábio Máximo de Moraes Monteiro. Tiveram 8 filhos.
- José Januário de Albuquerque Lima, nascido em 1833, casou-se com Maria Joaquina de Lira, filha de João Pereira de Lira e Francisca Lira.
- Maria das Dores de Lima, casou-se com Manoel Jerônimo Mesquita.
- Maria Jacinta, faleceu solteira.
- Maria Francisca, faleceu solteira.
- Joana Antônia, faleceu solteira.

**Francisca Jacinta Bezerra e José Monteiro Pinto** tiveram os seguintes filhos:

- José Monteiro Pinto Jr. (1809 - ).
- Adelina Cândida Moraes Monteiro (1824 - ), casou-se com José Souza Leitão. Tiveram os filhos: Padre Luiz de Souza Leitão, Maria de Souza Leitão, Joanna de Souza Leitão, Francisco de Assis Souza Leitão, e Julião de Souza Leitão.
- Fábio Máximo de Moraes Monteiro (1825 - ).
- Francisco José de Moraes Monteiro (1827 - ), casou-se com Thereza José de Jesus. Tiveram os filhos: Maria de Moraes Monteiro (1851), Francisco José de Moraes Monteiro (1853), e Maria de Moraes Monteiro (1854).

- Vicente Eneas de Moraes Monteiro (1828 - ), casou-se com Maria de Nazareth Lessa. Tiveram os filhos: Vicente Eneas de Moraes Monteiro e Maria de Nazareth dos Santos Lessa.
- Justina.
- Rufina Jacinta de Moraes Monteiro.
- Thereza de Jesus Bezerra, casada com Lino Bezerra de Menezes.

**Fábio de Moraes Monteiro** (n. c.1825 - ?) e **Maria Conceição de Lima Albuquerque** (n. cerca 1832 - f. 29 agosto 1907). Filhos:

- Maria da Conceição Bezerra (c. 1854), casada com Manoel Alexandre de Albuquerque Lima Neto (10 de agosto de 1856 - 1909). Tiveram os seguintes filhos:
  - Maria de Nazareth Bezerra (2 de outubro de 1895), casada com Teófilo Rufino Bezerra de Menezes Neto (Bezerrinha, 1886), com as filhas: Francisca Bezerra Nunes (1914 - 1989), Maria Antonieta Bezerra, e Raimunda Bezerra de Menezes.
  - Teófilo Rufino Bezerra de Menezes (1897).
  - Maria da Conceição Bezerra (falecida aos cinco anos).
  - Maria Leopoldina Bezerra (17 de agosto de 1902).
- José Ildefonso Lima Monteiro (c. 1852-53), casado com Vicência Caetana Bezerra de Menezes (14 de agosto de 1860 - 7 de fevereiro de 1886), filha de Lino Bezerra de Menezes e Thereza de Jesus Bezerra, com única descendência:
  - Fábio Ildefonso Bezerra (14 de julho de 1884 - 3 de junho de 1970), casado com Isabel Safira Andrade Bezerra (12 de outubro de 1894 - 16 de dezembro de 1973).
- Alfredo Fábio de Lima Monteiro (26 de julho de 1857 - 29 de janeiro de 1933), casado com Maria Cândida Nogueira Fábio (c. 1872). Filhos: Ada Nogueira Fábio (9 de fevereiro de 1891), Adélia Fábio (13 de maio de 1894 - 26 de janeiro de 1979), Haydée Fábio (25 de julho de 1895), Francisca Fábio (18 de maio de 1897 - 23 de janeiro de 1976), Fábio Alfredo Nogueira (2 de setembro de 1899 - 29 de agosto de 1959), Margarida Nogueira (4 de junho de 1902), e Maria da Conceição Nogueira (4 de agosto de 1903 - 13 de junho de 1996).

- Débora Monteiro Bezerra (11 de dezembro de 1858), casada com Antero Soares Bezerra.
- Manoel Fábio de Lima (9 de março de 1860 - 5 de julho de 1886), faleceu no naufrágio do vapor Bahia.
- Francisca Jacinta Bezerra (22 de agosto de 1861 - 14 de julho de 1951), casada com Francisco Manoel Bezerra de Menezes (c. 1857).
- Maria do Espírito Santo (5 de maio de 1865 - 24 de março de 1887), casada com José Cavalcante da Cunha, faleceu no naufrágio do vapor Bahia em 1887, deixando dois filhos órfãos.
- João de Morais Monteiro (8 de junho de 1871).

\*\*\*